
ACERCA DA GEOGRAFIA, DA POLÍTICA, DA GEOGRAFICIDADE: FRAGMENTOS METODOLÓGICOS

Prof^a Dr^a Vânia Rubia Farias Vlach
Instituto de Geografia
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO: *Com o propósito de rever a Geografia, a Política, a Geograficidade, a autora propõe uma reavaliação da trajetória de Paul Vidal de La Blache, o fundador da escola francesa de geografia, à luz de uma releitura do **Tableau de la géographie de la France**, e da primeira apresentação de **La France de L'Est** (Lorraine-Alsace) 1917, seu último livro, e cuja efetiva divulgação, não por acaso, é relativamente recente (meados dos anos 1970, na França). A releitura do consagrado **Tableau** permite assinalar a contribuição de Vidal na organização do espaço sob a perspectiva de um avanço metodológico considerável (a polarização urbana), e a primeira apresentação de **La France de L'Est** oferece a oportunidade de registrar o significado da política e dos fenômenos políticos no pensamento geográfico que Vidal elaborou no início do século XX.*

Palavras-chave: Política, Geograficidade, Método.

ABSTRACT: *With the objective of reviewing Geography, Politics and Geography subject, the author proposes a reevaluation of Paul Vidal de La Blache's trajectory, the founder of the geography French school, in the light of a rereading of the **Tableau de la géographie de la France**, and of the first presentation of **La France de L'Est** (Lorraine-Alsace) 1917, his last book, which effective spreading, not by random, is relatively recent (middle of the 70s, in France). The rereading of the well known **Tableau** allows us to point out the contribution of Vidal in space organization under the perspective of a considerable methodological improvement (the urban polarization), and the first presentation of **La France de L'Est** offers us the opportunity of registering the meaning of politics and political phenomena on geographical thought which Vidal elaborated in the beginning of the twentieth century.*

Key words: Politics, Geography subject, Method.

A RESPEITO DA POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO

"O que distingue o convívio dos homens na polis de todas as outras formas de convívio humano que eram bem conhecidas dos gregos, era a liberdade. Mas isso não significa entender-se aqui a coisa política ou a política justamente como um meio para possibilitar aos homens a liberdade, uma vida livre. Ser-livre e viver-numa-polis eram, num certo sentido, a mesma e única coisa."

Hannah Arendt

Em suas origens, política remete à *politikos*, um adjetivo derivado de *polis*, a cidade da antiga Grécia, e sobretudo às relações entre homens livres e iguais entre si na ágora, dado que as coisas que diziam respeito à vida (em seu sentido mais amplo) na *polis* - quer as denominemos «relações sociais», «a esfera pública e a esfera privada», ou «questões urbanas», na linguagem do mundo contemporâneo - geralmente eram debatidas e resolvidas por meio de uma conversa mútua. O livre diálogo entre homens iguais dava sentido à

política. A liberdade política, porém, era indissociável da espacialidade: esse homem só era livre no espaço da *polis*, de maneira que o degredo, ou o afastamento da *polis* por qualquer outra razão, implicavam simultaneamente em perda da liberdade e da igualdade.

A antiga sinonímia «política e liberdade», contrasta radicalmente com a realidade da sociedade moderna. Se a política desempenhou um papel de fundamental importância em sua instituição, também é verdade que as experiências políticas vividas pelos homens desde a aurora dos tempos modernos tenderam a limitar a liberdade, ou a descaracterizá-la por completo (sob os Estados totalitários). Podemos avaliar a gravidade engendrada por uma crescente instrumentalização da política se consideramos que, a partir de então, a vida humana correu/corre o risco de se extinguir na Terra (e, com ela, talvez todas as manifestações da vida).

Mas, o que a instrumentalização da política e o risco de extinção da humanidade têm a ver com a Geografia?

Geografia e Política

“La raison d’être de la géographie, épistémologiquement parlant et son utilité sociale fondamentale, sont l’observation, l’explication et la prévision des interactions spatiales, entre les très diverses catégories de phénomènes, entre les différents jeux de forces, l’analyse de chacun d’eux relevant d’une science spécialisée dans l’investigation d’une portion précise du réel. La géographie est le savoir penser l’espace dans sa complexité pour y agir efficacement.”

Yves Lacoste

A Geografia irrompeu como ciência no mundo moderno. Politicamente, a Europa Ocidental estava consolidando uma forma de fazer política, apresentada e representada como «a única possível»: o Estado-nação, uma construção da sociedade capitalista (e moderna), que é inseparável de uma dimensão espacial da realidade: o território; melhor dizendo, o território nacional.

Entretanto, convém registrar que o território é uma representação do espaço geográfico, dentre outras possíveis. É uma construção social que resulta das relações de poder em uma sociedade historicamente contextualizada. Para nossos propósitos nesse artigo, limitamo-nos a considerar que o poder é «a mercadoria rara» de um grupo social (geralmente representado por uma pessoa) que, sob condições favoráveis ou adversas, vence todos os obstáculos e resistências, e impõe a própria vontade aos demais; no caso, ao corpo social que constitui o Estado-nação.

Na Europa Ocidental, o poder político do Estado passou a atuar no corpo social sob a mediação do território. Em outras palavras, o princípio de territorialidade se tornou “*um meio de definir e delimitar uma comunidade politicamente pertinente*” (BADIE, 1995:12). Registremos, pois, que o território tornou-se o instrumento da ação política por excelência na Europa Ocidental a partir dos tratados de paz de Westfália (1648). É importante registrar, igualmente, que desde então as lideranças da sociedade europeia representaram seu espaço com base em uma concepção territorial da política¹, de maneira que o princípio de territorialidade se constituiu no instrumento político por excelência das nações europeias.

¹ Embora tenha apresentado algumas modificações ao longo do tempo, essa concepção só seria objeto de contestações importantes nas últimas décadas do século XX.

Na política interna, tal princípio tornou-se o fundamento da soberania dos Estados-nações, e, na política externa, o direito público europeu (futuro direito público internacional) fundamentou-se e se consolidou com base no respeito e reconhecimento da soberania territorial dos Estados na cena européia (e internacional).

Como fundamento do poder do Estado-nação, como instrumento de controle social e político da sociedade moderna, o princípio de territorialidade não tardaria a instrumentalizar a política. Dentre as várias razões que explicam esse processo complexo, limitamo-nos a apresentar algumas. A primeira diz respeito à universalização do princípio de territorialidade sob a forma de um Estado-nação exportado/importado/imposto/adaptado para/por/em realidades completamente diferentes da européia como «o único caminho possível» para se ter acesso à modernidade (a idéia de progresso traduzia perfeitamente esse anseio). A segunda se refere ao «elogio da razão», resultante do papel das ciências modernas no programa do esclarecimento: “*O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens*” (ADORNO/HORKHEIMER, 1985:20).

É a contribuição da Geografia no contexto político e epistemológico da sociedade moderna que nos interessa. E, de maneira particular, uma questão: se o território (como categoria) faz parte da ciência geográfica pelo menos desde Friedrich Ratzel, como se explica que a Geografia Política tenha conhecido um desenvolvimento tão incipiente até nossos dias? Se a idéia de território (como vimos acima), marcou a prática dos dirigentes dos Estados-nações (mas não só dos

políticos!), como entender esse aparente paradoxo? Os geógrafos (e/ou aqueles pesquisadores posteriormente denominados geógrafos) teriam ficado à margem das discussões políticas a propósito do traçado de fronteiras (na Europa ou fora da Europa), da expansão territorial fora da Europa em fins do século XIX? não teriam participado, direta ou indiretamente, da instrumentalização da política? Qual é (ou quais são) o grande equívoco dessa questão?

Não temos a pretensão de esgotar essa questão e seus desdobramentos, que são múltiplos. Nesse artigo, porém, apresentaremos algumas ponderações a respeito de um de seus desdobramentos: uma quase exclusão da política e dos fenômenos políticos² do campo da Geografia (a geograficidade, em outras palavras), isto é, os fenômenos e/ou questões que os geógrafos aceitam como objeto de suas pesquisas e/ou reconhecem como objeto de seu interesse e de sua atuação profissional.

A geograficidade é um termo que Yves Lacoste³ propôs para caracterizar as categorias de fenômenos estudados pelos geógrafos; seu ponto de partida foi a historicidade, termo utilizado pelos historiadores para designar o seu campo de atuação. Enquanto esses pesquisadores ampliaram, desde o século XIX, seu interesse incluindo novos temas e objetos em seu campo de estudos, os geógrafos eliminaram alguns de suas considerações, ou, em suas análises, os reduziram a tal ponto que sua caracterização passou despercebida. A política/os fenômenos políticos é um deles. Por sinal, Paul Vidal de La Blache (1845-1918) o abordou claramente apenas em sua última obra: *La France de L'Est* (Lorraine-Alsace) 1917.

² Parcial ou não, maior ou menor segundo as conjunturas dos vários Estados-nações, e os interesses e tendências metodológicas dos geógrafos.

³ Cf. LACOSTE, Y. 1979. p. 68-81.

Por outro lado, se se considera que a geograficidade se (re)define historicamente, e apresenta características diferenciadas segundo as realidades espaciais, é compreensível que alguns fenômenos tenham se transformado em objetos de estudo privilegiados durante algum tempo. O urbano, por exemplo, foi contemplado como objeto de estudo dos geógrafos universitários franceses apenas no início do século XX, o que ilustra bem a redução da geograficidade na França durante a institucionalização dessa ciência, um processo político-pedagógico que se estendeu de 1870 a 1914. As cidades e a indústria receberam a atenção de Paul Vidal de La Blache somente ao longo da primeira década do século XX. Mas, fora da universidade francesa, Elisée Reclus (1830-1905) não apenas havia estudado, entre outros, os problemas políticos⁴, a indústria e o comércio, a urbanização, a educação e a ciência, como também os havia abordado em escala mundial. Paralelamente, Friedrich Ratzel (1844-1904), contemporâneo de ambos, havia publicado *Antropogeografia* em 1892, e *Geografia Política* em 1897.

Paul Vidal de La Blache: uma reavaliação de sua trajetória

"Il faut partir de cette idée qu'une contrée est un réservoir où dorment des énergies dont la nature a déposé le germe, mais dont l'emploi dépend de l'homme. C'est lui qui, en la pliant à son usage, met en lumière son individualité. Il établit une connexion entre des traits épars; aux effets incohérents de circonstances locales, il substitue un concours systématique de forces. C'est alors qu'une contrée devient à la longue comme une médaille frappée à l'effigie d'un peuple".

La Blache (1903)

"De cette contrée (la France de l'Est) cependant la France a fait une partie vivante d'elle-même. L'oeuvre s'est accomplie en pleine lumière. D'un ensemble de populations entre lesquelles les différences ne manquaient pas, il s'est formé une France particulière, profondément française quoique très attachée à son individualité. Nulle part le patriotisme n'a été soumis à de plus dures épreuves, nulle part il ne s'est montré plus tenace".

La Blache (1916)

Na tentativa de compreendermos melhor porque os geógrafos quase eliminaram a política e os fenômenos políticos de seu campo de atuação, decidimos retomar a trajetória de Paul Vidal de La Blache. Queremos chamar a atenção para duas ou três razões que nos motivam a reestudá-lo. Em primeiro lugar, são poucos os pesquisadores que se preocuparam em reavaliar a obra, a contribuição e o papel daquele que é unanimamente reconhecido como o fundador da escola francesa de geografia, em particular desde que *La France de L'Est (Lorraine-Alsace) 1917* foi, efetivamente, divulgado; em segundo lugar, porque suas concepções seriam verdadeiramente contestadas apenas a partir da década de 1950; finalmente, a influência de sua obra também provocou repercussões importantes no que diz respeito às relações entre Geografia, Geografia Política e Geopolítica no Brasil.

Consideramos pertinente registrar que pesquisas mais recentes enfatizam, simultaneamente, o papel decisivo de Paul Vidal de la Blache na fundação da escola francesa de geografia, e a sua inserção no contexto político e social (francês e europeu) da época de sua institucionalização, isto é, o período que se estende entre 1870 e 1914; por conseguinte, balizado por duas guerras que marcaram

⁴ Inclusive o Estado, mas também outras relações de poder.

profundamente a França e a Alemanha.

Como resultados da guerra franco-prussiana de 1870, devemos assinalar, de um lado, a fundação do Estado-nação alemão, um projeto político de caráter nacional que os prussianos levaram mais de um século para tornar realidade, e, de outro lado, a perda de alguns territórios por parte da França. De fato, a Alemanha anexou, à superfície de seu território, cerca de metade da região que Vidal de La Blache denominou França de Leste.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, surgiu na Alemanha, em decorrência de sua derrota, um debate a respeito das novas fronteiras do Estado-nação, que pode ser resumido pelas seguintes questões: aceitaremos a perda de que território(s)? Como derrotados, não restava aos alemães senão o reconhecimento da perda de territórios ... mas eles não estavam dispostos a aceitar a perda de *alguns*, a exemplo da Prússia oriental. Na verdade, esse debate entre os cidadãos alemães (registre-se que a participação de professores de Geografia e História foi significativa) a respeito do futuro território de seu Estado-nação lançou o primeiro movimento de idéias geopolíticas na Europa.

Foi nesse contexto marcado por guerras impulsionadas pelo nacionalismo na Europa, e pela expansão do imperialismo nos continentes africano e asiático, que surgiu, e se desenvolveu, a escola francesa de geografia. Um pesquisador acurado nos apresenta uma síntese desse processo nos seguintes termos:

“O nacionalismo, o desafio representado por uma Alemanha em plena expansão, as pressões em favor da colonização e de uma doutrina colonial, a generalização da instrução e a

defesa de uma moral laica foram as questões que incentivaram o desenvolvimento da geografia. Mas, de maneira inversa, os geógrafos e o pensamento geográfico que eles elaboraram, também desempenharam um papel fundamental na definição e na evolução destas questões. A geografia foi, de fato, um fator importante da transformação da visão de mundo que marcou a França da época, e ela se tornou um instrumento ideológico essencial da modernização deste país. (...)

A institucionalização tão motivada da geografia foi, ao mesmo tempo, o meio e o resultado do sucesso das idéias vidalianas. (...) A geografia vidaliana estava, de fato, em harmonia com a tendência ideológica principal da Terceira República⁵, aquela que os oportunistas inauguraram desde o início. Assim, ela se beneficiou dos favores do regime. Mas ela também contribuiu à formação de uma ideologia republicana que combinava um individualismo moderado através da solidariedade social, um nacionalismo associado à uma expansão colonial e a um apego à terra, uma fé na ciência e no progresso e a um idealismo enraizado em um método empírico para resolver os problemas. A coerência que está presente nesta ideologia se encontra nos trabalhos da escola francesa de geografia e não deixou de contribuir à sua reputação internacional” (BERDOULAY, 1995:229-230).

Por conseguinte, na reavaliação que Vincent Berdoulay faz da escola francesa de geografia, e do papel decisivo de Paul Vidal de La Blache em sua fundação, as motivações políticas, econômicas e culturais da França (devidamente situada no contexto europeu da época) são analisados com argúcia. E nos estimulam a retomar a contribuição de Vidal em diferentes áreas da Geografia. Deve-se registrar que a contribuição de La Blache vem sendo

⁵ A Terceira República, instituída após a derrota de Napoleão III na guerra franco-prussiana, se estendeu até o final da Segunda Guerra Mundial.

retomada por diferentes autores em diversas áreas, como Ensino de Geografia⁶ e Geografia Regional⁷, mas apenas Yves Lacoste⁸ deu ênfase às relações entre Vidal, a política, e os fenômenos políticos (ou, em suas palavras, “hoje, eu diria geopolíticos”), o que nos motiva, igualmente, a esboçar algumas reflexões a esse respeito.

Entretanto, antes de abordarmos tal questão, queremos explicitar que, ao destacar o papel da cidade (e da indústria aí concentrada), Vidal concebeu uma outra maneira de analisar a organização do espaço francês. Essa nova abordagem do espaço, a bem da verdade, do território do Estado francês, não teria também contribuído para levá-lo à considerações de ordem política no que se refere à França de Leste, no livro que lhe consagrou pouco antes de sua morte?

AVANÇOS METODOLÓGICOS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: A CONTRIBUIÇÃO DE VIDAL (I)

Uma reavaliação de sua obra começa pela necessidade de se registrar um fato mal conhecido em sua trajetória. Essa é a razão pela qual iniciamos esse item de nosso artigo com uma citação extraída do *Tableau de la géographie de la France* (cuja primeira edição data de 1903), e outra extraída do prefácio da primeira edição (data-do de dezembro de 1916) de *La France de L'Est*.

Sem dúvida, o *Tableau de la géographie de la France* consolida o seu “modelo” de Geografia: a monografia regional, segundo o qual uma região é delimitada a partir de “um conjunto de fenômenos dependente quase sempre da constituição geológica do solo”, e cuja

dinâmica social é explicada a partir de uma análise da vida local, o que permite compreender o peso das atividades econômicas do setor primário na caracterização das regiões da França. Ou, em suas palavras, na introdução do livro:

“As relações entre o solo e o homem são marcadas, na França, por um caráter original de antigüidade, de continuidade. Desde o começo os estabelecimentos humanos parecem haver adquirido aí a permanência; o homem se deteve aí porque encontrou, com os meios de subsistência, os materiais de suas construções e de suas indústrias. Durante muitos séculos ele levou, assim, uma vida local, que se impregnou lentamente na dinâmica da terra” (VIDAL DE LA BLACHE, 1994:15).

Entretanto, ao estudar Lyon, La Blache constatou que as atividades industriais estavam modificando radicalmente a organização desse espaço; por conseguinte, a cidade recebeu, pela primeira vez, um destaque especial em sua obra. De fato, ao escrever as últimas linhas a respeito dos *Monts du Lyonnais*, no capítulo “A região lionesa”, do *Tableau de la géographie de la France*, observou que:

“A indústria não é de ontem nessa região que vai de Tarare à Saint-Etienne e à Annotique. Ela nasceu aí sob a forma do trabalho local, doméstico, esparsa, em conformidade com as condições de solo que dificultavam a concentração. As indústrias urbanas que cresceram nas proximidades lhe transmitiram a vitalidade e a seiva. Mas estas modestas origens ressurgem no caráter da indústria lionesa, que é tanto regional quanto urbana” (VIDAL DE LA BLACHE, 1994:365).

A seguir, caracterizou Lyon da seguinte maneira:

⁶ Cf. LEFORT, Isabelle. 1996. p. 79-84.

⁷ Cf. CLAVAL, Paul. 1996. p. 159-184

⁸ Cf. VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *La France de L'Est* (Lorraine-Alsace) 1917, reeditada por La Découverte/Hérodote, Paris, setembro de 1994, com Apresentação de Yves Lacoste (p. V-XXXVIII).

“Estamos em face de um fenômeno novo: uma grande cidade histórica, que é, ao mesmo tempo, uma das metrópoles comerciais e industriais do mundo moderno; um destes centros de diversas atividades que, após terem se formado sob a influência de condições locais, modificam, por sua vez, pela atração que eles exercem, o meio ambiente” (VIDAL DE LA BLACHE, 1994:366).

Assinalou que a originalidade da “metrópole lionesa”, decorre

“das múltiplas inserções que relacionam seu desenvolvimento àquele das regiões vizinhas. As raízes de sua prosperidade são complexas; elas se mantêm sólidas. É uma cidade regional que, para a região que gravita em seu torno, é a cidade por excelência; porém, também é uma cidade européia” (VIDAL DE LA BLACHE, 1994:368).

Por conseguinte, ao avaliar o papel desempenhado pelas atividades industriais no espaço geográfico de Lyon, não escapou à sua compreensão que algo novo se apresentava: a atividade industrial (relacionada com os modernos meios de transporte e comunicações) propicia a polarização do espaço pela cidade que a sedia (e/ou a concentra). Em outras palavras, nesse capítulo sobre “A região lionesa”, La Blache introduziu a noção de região urbana. Mesmo se nunca deixou de considerar o papel do homem no emprego das “energias cujo germe a natureza depositou” em uma dada região, Vidal foi perspicaz na análise do “fenômeno novo” representado pela indústria lionesa. Pouco importa se, ainda na introdução desse livro, assinalou que “o homem foi, entre nós, o discípulo muito tempo fiel ao solo” (VIDAL DE LA BLACHE, 1994:16)!

Cabe-nos, portanto, registrar que, entre o Vidal que contribuiu para aperfeiçoar a antiga concepção de região natural, e aquele que passou a enfatizar a dinâmica das atividades industriais na definição do conceito de região, há uma mudança muito grande. Uma mudança que representou um salto qualitativo da maior importância, dado que, dessa maneira, sua análise aproximou-se muito dos problemas da realidade francesa de início do século XX. Se, aparentemente, essa mudança não repercutiu como seria de se esperar, cabe-nos indagar, entre outras questões, porque essa mudança não foi percebida como avanço, e/ou porque essa mudança metodológica não foi bem recebida pela corporação de geógrafos.

Se consideramos que a Geografia está relacionada, direta e indiretamente, à divisão administrativa do território da França há mais de dois séculos⁹, não teremos dificuldades para entender que, contrariamente ao que aprendemos, Vidal de La Blache também participou dos debates políticos do seu tempo. Referimo-nos particularmente à sua participação no Movimento Regionalista Francês que, da última década do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, lutou para valorizar o local (a região) em projetos de redivisão territorial. Nesse contexto de uma (re)avaliação da organização do espaço francês, o *Tableau de la géographie de la France* foi recebido, por alguns políticos e intelectuais, como uma importante contribuição à proposta de descentralização administrativa da França, defendida pelos regionalistas. Mas é verdade que La Blache sempre preferiu a vida acadêmica, e muitos estudiosos não cessaram de evocar sua ambição primeira: fundar uma ciência que permitisse a individualização e o reconhecimento de uma escola francesa de geografia.

⁹ Cf. NORDMAN, Daniel et OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. 1989, p. 56-65.

Em 1910, Aristide Briand, Ministro do Interior, propôs, durante uma campanha eleitoral, a criação de agrupamentos regionais na França, que deveriam ser acompanhados por assembleias regionais. O ministro abandonou essa proposta poucos meses depois; mas Vidal publicou os resultados de seu trabalho em dezembro de 1910¹⁰. Na verdade, apresentou, nesse artigo, uma proposta de regionalização da França com base na polarização urbana, o que mostra um avanço considerável em suas análises a respeito da organização do espaço francês. Podemos, pois, afirmar que, com esse plano de regionalização, La Blache consolidou uma nova maneira de encarar o urbano, pois valorizou a dinâmica das atividades dos setores secundário e terciário (sobretudo do secundário), e o papel que essas atividades estavam desempenhando na nova organização do território da França.

A política e os fenômenos políticos em discussão: a contribuição de Vidal (II)

Esse avanço metodológico foi aprofundado de maneira mais significativa em seu último livro, *La France de L'Est* (Lorraine-Alsace) 1917, publicado após sua morte (1920). De fato, as cidades e sua área de influência, a indústria, os meios de transporte e comunicação, o comércio, as fronteiras, dentre outros temas, receberam a devida atenção de La Blache em *La France de L'Est*. Por exemplo, no capítulo XIII da terceira parte do livro ("A evolução industrial"), empregou a noção de "regiões industriais"¹¹ para explicar as mudanças provocadas pelo surgimento da indústria de ferro na Lorena, chamando a atenção para o fato de que essa atividade aí se iniciara antes de 1870. Tendo constatado que a indústria da Lorena

necessitava, cada vez mais, de matérias primas e mercados para os seus produtos, ponderou que se devia criar um "órgão diretor" para tomar as decisões que os novos interesses econômicos impunham às lideranças políticas e econômicas dessa região. Esse "órgão diretor" deveria ser instalado em Mulhouse, pois essa cidade atuava aí como uma metrópole regional (comparou-a com Lyon, que exercia o mesmo papel na região da França que se estende "entre os Alpes e o Oceano"¹²).

Assim, no capítulo XIV, referiu-se à formação de "*metrópoles regionais*", explicitando que "*a idéia regional é sob sua forma moderna uma concepção da indústria; ela se associa à idéia de metrópole industrial. Não se concebe mais a ação preponderante de uma cidade afastada, ainda que Paris*" (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:163). Em outras palavras, Vidal compreendeu a necessidade do fortalecimento de metrópoles regionais na França (o que diminuiria a histórica centralização de Paris), e o seu papel na (re)organização do espaço geográfico.

Sem dúvida alguma, esse livro registra algumas contradições do pensamento de La Blache. O fato de reconhecer que a região é "uma concepção da indústria", não o impediu de, nos capítulos II e III, iniciar o estudo da Alsácia e da Lorena resumindo os traços mais característicos do quadro natural, e explicar como o homem se estabeleceu, no que se refere à Alsácia, nas "*grandes florestas de coníferas que cobrem os flancos de Vosges*" (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:19). No que diz respeito à Planície Lorena, observou que o solo fértil, que favoreceu o povoamento da Lorena, "*não*

¹⁰ VIDAL DE LA BLACHE. 1910. p. 821-849.

¹¹ Cf. VIDAL DE LA BLACHE. 1920. p. 137-145.

¹² Cf. VIDAL DE LA BLACHE. 1994. p. 359-365.

apresenta maior continuidade senão na faixa que se denomina por excelência a planície. (de maneira que) Para valorizar (a Planície Lorena) foi necessário realizar difíceis esforços seculares, pois esta gleba é rígida e áspera” (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:30)¹³.

Mas, de maneira muito perspicaz, terminou essa primeira parte do livro (“A formação da França de Leste”) enfatizando que os habitantes dessa região desenvolveram, a partir do século XIV, o sentimento de pertencerem à França. Não deixou de registrar uma motivação política nas origens desse sentimento, conforme podemos observar no seguinte excerto:

“A idéia de pertencer a esta grande monarquia¹⁴, que se apresentava herdeira dos Gauleses, havia se tornado familiar a muitos; e qualquer que fosse o sentimento que ela excitasse entre uns e outros, dizia-se, face à corrente geral que conduzia a Europa à formação de grandes Estados, que a autonomia política de pequenas regiões situadas no centro de turbilhões, tornava-se um sonho irrealizável. A França proporcionava às regiões incapazes de proverem à sua segurança e de encontrarem em si mesmas sua própria defesa, o apoio e a garantia de sua força” (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:45).

Vidal compreendeu claramente o significado político da delimitação de fronteiras entre França e Alemanha após a guerra de 1870/1871 na França de Leste, assim como suas conseqüências econômicas:

“Esta linha de aparência irregular que avança sobre a margem esquerda do Mosela, de maneira a incluir Moyeuivre, Hayange, Fontoy, Aumetz, Audun-le-Tiche, tinha como objeto

confiscar, em benefício do vencedor, tudo que parecia ter algum valor na região metalúrgica. No máximo, nos restaram algumas migalhas caídas da mesa. Separados do centro principal, os estabelecimentos que haviam começado a se agrupar em torno de Longwy ou em torno de Nancy, não podiam esperar um grande futuro. Esta anexação, somada àquela da região hulhífera, atribuía à Alemanha o essencial de um desenvolvimento industrial, cujo futuro, registre-se, nossos inimigos conheciam melhor que nós mesmos” (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:152).

Nesse mesmo capítulo XIV, Vidal registrou as mudanças que a “extensão da indústria do ferro na Lorena” provocou, também sob o aspecto da composição da população (considerou os efeitos da imigração estrangeira), e, principalmente o impacto da atividade industrial do ponto de vista da nação. Vejamos como ele se pronunciou a respeito:

“Internacional por alguns aspectos, a indústria não deixa de fornecer, pela transformação drástica que ela provoca e pelo orgulho dos resultados que ela obtém, um alento novo ao patriotismo. Este não se resume a um sentimento de solidariedade em vista de um esforço comum? A indústria, compreendida amplamente, como ela o foi em Mulhouse, e agora pode-se acrescentar, à Nancy, é também uma escola de solidariedade e, dessa maneira, de patriotismo” (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:167).

É importante, por conseguinte, assinalar que Vidal iniciou o primeiro capítulo desse livro referindo-se à geografia política:

“A geografia política hesitou a respeito do nome para designar a região situada entre o Meuse e o Reno e limitada ao norte pela

¹³ É interessante registrar que, no *Tableau*, Vidal enfatizou a “história geológica comum” na caracterização da região renana, mas não ignorou a vida urbana da Lorena, nem a “nova personalidade urbana” das cidades da Alsácia. Contudo, não fez considerações de ordem política.

¹⁴ Vidal está se referindo à organização político-administrativa da França no século XVIII, anterior à eclosão da Revolução Francesa.

Ardenne. (...) Gradualmente, desde então, apagam-se e desaparecem estas divisões do passado; não restando senão duas personalidades provinciais dotadas de uma originalidade durável, Alsácia e Lorena; e sobre estas distinções necessárias, prevalece a comunidade de civilização que, relegando a um segundo plano as diferenças, de hoje em diante justifica, pela história e pela geografia, o único nome geral que convém à região, o de França de Leste” (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:11).

Na verdade, Vidal assinalou o caráter político desse livro no primeiro parágrafo do prefácio: “Não há uma linha deste livro que não se ressentisse das circunstâncias dentre as quais foi redigido. Como poderia ser de outra maneira? Seja-me permitido dizer, entretanto, que esta não é uma obra de circunstância” (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:1).

Esse prefácio foi redigido em dezembro de 1916, isto é, em meio a combates atrozes entre franceses e alemães. No segundo parágrafo, recorreu novamente à Geografia para, talvez, tentar reduzir o significado político da França de Leste:

“Ao longo de meus estudos sobre a geografia da França, minhas reflexões foram particularmente atraídas em direção da região que, situada entre o Reno e o Meuse, se estende ao Norte até a Ardenne e atinge, do outro lado, as montanhas e os vales do Jura. Perpetuamente importunada entre forças adversas, algumas vindas do Centro, outras do Oeste da Europa, ela se fixou, depois de muitas oscilações, do lado onde a geografia parecia solicitá-la” (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:1).

Porém, o significado político dessa região é incontestável, e Vidal o compreendeu perfeitamente! Vejamos o terceiro parágrafo:

“A geografia, contudo, é suficiente para explicar este resultado? Repete-se

habitualmente que a França, como a Gália, se estabeleceu neste lugar em virtude do desenvolvimento natural de seus destinos. A realidade é longe de ser tão simples. Os destinos desta região foram atravessados por numerosas vicissitudes que poderiam perfeitamente fazer desviar o curso. (...) Por sua estrutura, pela cadeia de Vosges que separa a Alsácia da Lorena, pelas florestas que cercam o planalto loreno, apenas interrompidas por algumas lacunas, pela estreiteza da planície em que, de obstáculo em obstáculo, se desloca o Meuse, esta região favorece o desmembramento. Ela é farta em compartimentos naturais aspirando à uma vida própria” (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:1-2).

A ênfase às vicissitudes que a França de Leste enfrentou ao longo do tempo se deve às disputas político-territoriais entre os Estados francês e alemão nessa região fronteiriça. E, ao redigir esse livro, Vidal estava preocupado com a França de Leste enquanto o “*solo do pátria, o território da nação (francesa)*” (LACOSTE, 1994:XXXII), de um lado, e, de outro lado, com o seu futuro político, assim que a guerra terminasse.

Por essas razões, analisou cuidadosamente, na segunda parte do livro (“A Revolução e a situação social”), as relações entre essa região e os revolucionários de 1789, assim como as mudanças que a Revolução de 1789 aí acarretou. Nesse sentido, Vidal ressaltou que foi na cidade de Estrasburgo (Alsácia) que eclodiu o *Chant du Rhin*, transformado em *La Marseillaise* em 1792, quando os revolucionários de Marselha dirigiram-se à Paris, pouco antes da proclamação da I República (21 de setembro de 1792). Porque uma parte do território da França de Leste pertencia, no momento em que escrevia, à Alemanha, Vidal insistiu em demonstrar que suas populações permaneceram francesas em sua maneira de ser (por exemplo: mantiveram as

idéias de patriotismo da Revolução Francesa), embora tenha constatado que a língua alemã houvesse conseguido, de uma certa maneira, se impor na região; sobretudo no campo, onde a cultura alemã também predominava. Entendia, pois, que a parte do território da França de Leste anexada pelos alemães em 1870/1871 deveria voltar a pertencer à França, terminada a guerra. Esse é o seu objetivo! Um objetivo de caráter político, ou ... geopolítico, conforme Lacoste prefere dizer¹⁵.

O patriotismo dos habitantes dessa região era o argumento principal de La Blache. Por uma única razão: o fato de um percentual significativo da população da França de Leste ser de língua e cultura alemãs poderia levar o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, a propor um plebiscito ao final da Primeira Guerra Mundial; em outras palavras, os cidadãos dessa região decidiriam se continuariam a integrar o Estado alemão, ou se voltariam a integrar o Estado francês. Convém lembrar que, na época, a “política das nacionalidades” desfrutava de grande prestígio, inclusive entre os Aliados.

Por isso mesmo, repetimos, Vidal escreveu os capítulos “A entrada na unidade francesa” e “O Antigo Regime” (os capítulos finais de “A formação da França de Leste”) para insistir no fato de que seus habitantes exprimiam o sentimento de pertencerem à França, participavam dela (e de suas lutas) de maneira patriótica (e o demonstraram particularmente durante a Revolução Francesa, que os marcou profundamente), e, mais importante do que isso, manifestavam o desejo de reintegrarem o Estado francês. Vidal não hesitou a afirmar que, quando o pesadelo se tornasse realidade (isto é, a Primeira Guerra Mundial), “todas as partes da

população enfrentarão o estrangeiro” (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:105).

É necessário, pois, registrar que Vidal não apoiou a concepção de nação fundada sob a influência exclusiva de uma “comunidade de língua”, reforçando, mais uma vez, a hipótese de que escreveu *La France de L’Est* com um único objetivo: apresentar os argumentos necessários para convencer os Aliados de que “pela nacionalidade e o sentimento da pátria, ela (a Alsácia) é francesa”, para empregar as palavras de um historiador, Fustel de Coulanges. Ou, em suas palavras a respeito dessa região, ao término da segunda parte de *La France de L’Est*:

“Assim na guerra como na paz se afirma uma personalidade regional que, com plena consciência de si mesma, livremente ofereceu sua adesão à grande pátria. Ela tira sua força tanto do passado como do presente. O passado legou tradições de vida municipal e republicana; ele constituiu em um sistema de cidades a população que cultiva o solo; ele teceu o laço que une os habitantes ao solo natal. O presente valorizou no indivíduo o sentimento da dignidade pessoal; ele fez penetrar em todas as classes da sociedade um sopro de vida mais amplo e mais moderno. Combinando-se, estas duas influências duplicam a força de resistência; elas erigem uma oposição de princípio a toda civilização que o negaria” (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:105).

Por outro lado, Vidal iniciou a quarta parte do livro (“Europa Ocidental e Europa Central”) analisando “a hegemonia alemã” no capítulo XVII com argúcia. Referiu-se à guerra que então dilacerava a Europa, bem como fez uma análise política (ou geopolítica) da conjuntura:

“Pela primeira vez uma grande potência militar e econômica estava instalada no centro da

¹⁵ Cf. a *Apresentação* da nota n. 8.

Europa, dispondo de vias que aí se cruzam. Jamais, nem sob o Império romano, nem sob Napoleão, potência alguma não esteve melhor situada para a dominação do continente. (...)

Nas primeiras décadas que precederam a guerra atual, não houve engenheiro ou especialista chegando da Alemanha que não nos falasse com admiração de suas fábricas colossais, de sua organização, das proporções gigantescas do comércio e da indústria. (...) O crescimento material, a extensão, Raum, seguindo a expressão de seus teóricos de geografia política, é a medida da força da vida e da boa situação de um Estado. Se, portanto, a Grã-Bretanha, a França, a Rússia encontravam na África e na Ásia seu campo de expansão, o da Alemanha lhe estava designado em sua proximidade imediata; consistia em um cinturão de Estados comprimidos em seus flancos, em uma clientela submetida por uma estreita combinação de interesses à influência de sua força" (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:196-197).

Mais uma vez, Vidal abordou com acuidade a política, e os fenômenos políticos que marcavam a conjuntura francesa, europeia e mundial, após haver explicado as origens da situação que, então, se vivia na França de Leste (em particular). Assim, não surpreende o fato de que as últimas palavras desse livro remetem à defesa da unidade do Estado-nação francês¹⁶:

"(...) O gênio inventivo de Mulhouse aumentou com a importância dos interesses que ele teve de enfrentar. Desejemos que, amanhã, a França se lembre deste exemplo. Após nossas revoluções e nossas guerras, é ao espírito de empreendimento e à cooperação de esforços que cabe refundir, de um metal sólido, a unidade francesa" (VIDAL DE LA BLACHE, 1920:265).

Por conseguinte, Paul Vidal de La Blache também nos legou uma contribuição de importância fundamental na política, e na análise de seus fenômenos e processos. Não deveríamos, pois, nos indagar as possíveis repercussões de uma reavaliação de sua trajetória na compreensão dos desafios que a Geografia contemporânea nos apresenta?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁷

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 254 p.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 240 p.

BADIE, Bertrand. *La fin des territoires*. Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect. Paris: Fayard, 1995. 276 p. (Coll. L'espace du politique).

BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'école française de géographie (1870-1914)*. 2e. éd. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques, 1995. 253 p.

CLAVAL, Paul. Continuité et mutations dans la géographie régionale de 1920 à 1960. In: CLAVAL, Paul et SANGUIN, André-Louis (dir.). *La géographie française à l'époque classique (1918-1968)*. Paris: L'Harmattan, 1996. 345 p. p. 159-184. (Coll. "Géographie et cultures").

¹⁶ Mesmo se iniciou o capítulo "Conclusão" dando a impressão de privilegiar a importância econômica da França de Leste, e em que ela contribuiria para fazer da França, pela primeira vez, um líder mundial da exportação de mercadorias.

¹⁷ Ao traduzir alguns excertos das obras citadas no artigo, procuramos nos manter o mais fiel possível ao pensamento dos autores no original francês.

- LACOSTE, Yves. *Paysages politiques*. Braudel, Gracq, Reclus... Paris: Générale Française, 1990. 288 p. (Le Livre de Poche).
- _____. A bas Vidal ... Viva Vidal ! *Hérodote*, Paris, no. 16, p. 68-81, 4e. trimestre 1979.
- LEFORT, Isabelle. La géographie vidalienne et l'enseignement secondaire (1920-1960). In:
- CLAVAL, Paul et SANGUIN, André-Louis (dir.). *La géographie française à l'époque classique (1918-1968)*. Paris: L'Harmattan, 1996. 345 p. p. 79-84. (Coll. "Géographie et cultures").
- NORDMAN, Daniel et OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. (dir.). Le territoire (1). Réalités et représentations. In: *Atlas de la Révolution française*. Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. 1989. 106 p. tome 4 (Librairie du bicentenaire de la Révolution française).
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *La France de L'Est (Lorraine-Alsace)* 1917. Paris: Armand Colin, 1920. 287 p.
- _____. *La France de L'Est (Lorraine-Alsace)* 1917. Présentation d'Yves Lacoste. Paris: La Découverte, 1994, 325 p. (Coll. Livres Hérodote).
- _____. Régions françaises. *Révue de Paris*, 15 déc. 1910, p. 821-849.
- _____. *Tableau de la géographie de la France*. Préface de Pierre George. Paris: La Table Ronde, 1994. 559 p. (La petite Vermillon).